

# CONEXÕES GEOGRÁFICAS: UMA PROPOSIÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL PARA OS ESTUDOS REGIONAIS

*Geographic Connections: A Theoretical-Conceptual Proposition for Regional Studies*

**Rafael Santiago Soares**

Doutor em Geografia pelo IGC/UFMG, Professor EBTT do IF Sudeste MG

Campus São João del-Rei, Brasil

[rafaelsantiagosoares@gmail.com](mailto:rafaelsantiagosoares@gmail.com)

**Rodrigo Corrêa Teixeira**

Doutor em Geografia pelo IGC/UFMG

Professor do Departamento de Relações Internacionais e Professor do Programa de

Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas, Brasil

[rteixeira@pucminas.br](mailto:rteixeira@pucminas.br)

Recebido: 28/03/2023

Aceito: 08/07/2024

## Resumo

O artigo aborda a necessidade de repensar o conceito de região diante dos processos de totalização social e da mobilidade geográfica em meio à reestruturação produtiva. Destaca-se a importância de analisar as redes urbanas como organizadoras das regiões e a complementaridade das conexões geográficas nesse contexto. A globalização econômica desafia a interpretação dos estudos regionais, exigindo uma abordagem que considere a mobilidade e os fluxos entre lugares. A redefinição da continuidade e contiguidade espacial é essencial para compreender as interações entre diferentes escalas e dimensões do espaço. A proposta de conceber as regiões como conectores por meio de redes inter-regionais amplia a compreensão das relações espaciais contemporâneas. O artigo busca avançar no entendimento dos fenômenos regionais, valorizando as diversidades territoriais e as relações de poder na construção social das regiões, contribuindo para uma visão mais abrangente e dinâmica da organização espacial.

**Palavras-chave:** Região; Redes Urbanas; Geografia.

## Abstract

The article addresses the need to rethink the concept of region in the face of processes of social totalization and geographic mobility amidst productive restructuring. It emphasizes the importance of analyzing urban networks as organizers of regions and the complementarity of geographic connections in this context. Economic globalization challenges the interpretation of regional studies, requiring an approach that considers mobility and flows between places. The redefinition of spatial continuity and contiguity is essential to understanding the interactions between different scales and dimensions of space. The proposal to conceive regions as connectors through inter-regional networks enhances the understanding of contemporary spatial relations. The article aims to advance the understanding of regional phenomena, valuing territorial diversities and power relations in the social construction of regions, contributing to a more comprehensive and dynamic view of spatial organization.

**Keywords:** Region; Urban Networks; Geography.

## **1. INTRODUÇÃO**

As mudanças nas formas de organização regional impuseram desafios a análise do processo de produção do espaço. Parte do problema consiste na elaboração de um referencial teórico-conceitual e em procedimentos metodológicos capazes de uma interpretação da diferenciação espacial, em um contexto de intensa transformação das práticas e das escalas de atuação dos agentes sociais. Integra a complexidade de análise a multiplicidade de formas, níveis de centralidades e hierarquias que compõem o mosaico em cada região.

Nesse contexto, como refletir sobre dimensões espaciais que sejam capazes de colocar em evidência homogeneidades e descontinuidades? Neste artigo, propõe-se as conexões geográficas como uma possibilidade teórico-conceitual e analítica no âmbito dos estudos regionais. No conjunto das mudanças sociais, a leitura dos movimentos, dos fluxos e das articulações do espaço surge como uma rica possibilidade para a análise regional. As conexões geográficas podem elucidar os fluxos e trocas entre os lugares, permitindo a identificação de padrões espaciais e de características da atuação dos agentes sociais. O movimento no espaço e o movimento de transformação do espaço podem desvelar importantes aspectos da realidade social.

Uma perspectiva que se delineia, nesse contexto, é o estudo do potencial da região como uma dimensão que integre/aglutine diferenças em um mundo em constante mudança. Nesse aspecto, também há que se ressaltar a importância dos fluxos e das redes de cidades como categorias para que se possa compreender a constituição dos espaços regionais. Na primeira parte do artigo, discute-se as limitações e os questionamentos do conceito de região diante dos processos de totalização social. Na segunda seção, elaborase uma avaliação sobre a necessidade de incorporação da mobilidade geográfica para apreensão dos processos regionais, considerando as complexidades impostas pela reestruturação produtiva. A avaliação da tradição geográfica de interpretação das redes urbanas como princípio organizador das regiões é a temática desenvolvida na terceira seção. Em seguida, discute-se a proposição das conexões geográficas não como substituto da noção de região, mas com complementaridade capaz de contribuir para a análise regional. Finalmente, na quinta seção, interpreta-se as redes e as regiões como mediadores das conexões geográficas.

## 2. A REGIÃO E OS PROCESSOS DE TOTALIZAÇÃO SOCIAL

A avaliação das mudanças sociais requer reflexões sobre os significados do conceito de região e as possibilidades contidas em suas premissas teórico-conceituais. O conceito sempre foi inerente ao debate geográfico, não raro sendo objeto de controvérsias. Em diferentes matrizes geográficas a região ganhou conotações diversas. O termo foi escrutinado e ressignificado. O emprego do conceito tornou-se amplo, sendo, inclusive, apropriado por outras áreas de conhecimento, sendo popularizado e recorrentemente utilizado no senso comum. Algumas vezes, a região foi identificada como dimensão problemática. Em outros momentos, foi usada como o conceito mais pretensioso e paradigmático na Geografia<sup>1</sup>. Porém, parece inquestionável que a apropriação do conceito transformou o corpo teórico da Geografia. No que tange à realidade social, o emprego da categoria região é determinante para fins de planejamento e intervenção estatal.

Inicialmente o termo traz à tona uma característica originária: a região foi recorrentemente utilizada na produção do conhecimento e apropriação do espaço diante de processos de totalização política, econômica e cultural. A dimensão da diferença é a base constitutiva da ideia de região, mesmo em abordagens de distintas concepções de inspiração política, filosófica e metodológica. No século II, Ptolomeu já fazia referência a uma Geografia Geral (*Geographia*), que englobaria a Terra como um todo, e uma Geografia Regional (*Chorographia*), relacionada ao estudo de lugares específicos. O conhecimento geográfico foi empregado como forma de explorar as características dos espaços, da busca por alcançar a totalidade às diferenciações regionais.

O conhecimento geográfico foi um relevante instrumento de dominação exercida pelo Império Romano e sua expansão. O emprego da palavra região (*Regione*) estava associado ao controle exercido pelos romanos a administrações locais (GOMES, 2012). Lencioni (2014) ressalta que não bastava romanizar os lugares, conquistá-los. Para empregar o poder, era necessário conhecê-los. Conhecer o todo e dividi-lo para governar é uma prática antiga e possui vínculos diretos com as formas de produzir conhecimento geográfico. É a partir da ampliação dos domínios romanos que alguns filósofos associam a emergência do termo região que surge da necessidade de um contexto histórico,

---

<sup>1</sup> Muitos são os autores que elaboraram uma análise sobre a evolução do conceito de região, os questionamentos em torno do conceito e suas contribuições para a Geografia. Sobre esse tema, ver, dentre outros, Lencioni (2014) e Haesbaert (2014).

quando, pela primeira vez, havia a centralização do poder em um lugar específico e a ampliação dele sobre um extenso território (GOMES, 2012).

Na origem da Geografia moderna também está contida a análise da ideia de região frente à processos de totalização. Na segunda metade do século XIX, o Estado Nacional alemão estava se formando, enquanto na França esse processo já estava mais consolidado. Nesse ambiente de formação dos Estados-Nacionais europeus, as ideias derivadas do pensamento de Friedrich Ratzel pareceram ameaçadoras aos franceses. A tese central de Ratzel, um dos ícones da Geografia Alemã, foi construída em torno do conceito de espaço vital. Nesse sentido, o homem era uma espécie que visava a ampliar o território às custas dos seus vizinhos. O meio físico condicionaria as formas de vida em sociedade. Assim, quando os grupos sociais se viam limitados de recursos em seus respectivos territórios, buscariam ampliar o seu espaço de vida em detrimento a outros grupos populacionais. A teoria darwinista<sup>2</sup> sobre a seleção natural das espécies foi aplicada para tentar compreender questões de cunho político e social. Em um período histórico no qual os impérios modernos disputavam ampliar o seu domínio territorial, o determinismo geográfico serviu como justificativa para a dominação e a opressão (LENCIONI, 2014).

Grande parte das prerrogativas teóricas acerca do espaço vital de Ratzel foi combatida por autores da Geografia francesa, do qual seu maior expoente foi Paul Vidal de La Blache. A oposição estava na ideia de que o homem (sociedade) não era determinado pelo meio, mas que o meio era um conjunto de possibilidades para o exercício da atividade humana e que os homens teriam a liberdade de escolha nas formas de apropriação da natureza. Enquanto em grande parte da geografia alemã o debate estava em torno do conceito de espaço vital, no que se convencionou chamar de possibilismo havia a inspiração no idealismo alemão para entender a realidade como resultante da evolução histórica – daí a denominação historicismo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A teoria da evolução das espécies de Charles Darwin (1809-1882) é uma das bases teóricas do pensamento ratzeliano. Ratzel teve contato com o darwinismo por meio de Moritz Wagner, que era tradutor da obra de Darwin. O geógrafo alemão incorporou a ideia de movimento, defendida por Moritz Wagner como uma das características centrais do mundo orgânico (LENCIONI, 2014).

<sup>3</sup> Não se trata de apresentar as escolas de geografia alemã e francesa como se fossem pensamentos sem fraturas e como unidades homogêneas de preceitos teórico-metodológicos. O objetivo é identificar as grandes linhas de pensamento do debate desenvolvido entre deterministas e possibilistas. No prefácio da obra *Geografia e Região* de autoria de Sandra Lencioni, Manuel Corrêa de Andrade alerta para o erro em afirmar a unidade de escolas nacionais de pensamento geográfico: “Interessante é que, nos manuais de Geografia, quase sempre se procura apresentar a evolução da geografia científica dividindo as suas várias fases em escolas nacionais, como a alemã, a francesa, a inglesa etc., quando, na realidade, nem essas escolas nacionais têm unidade, já que se ramificaram em várias tendências e orientações, nem estão completamente separadas umas das outras” (ANDARDE, 2014 *apud* LENCIONI, 2014, p. 12).

No pensamento La Blachiano, em seu enfoque regional, havia uma importância dada ao específico/singular, aquilo em que determinado momento da sua obra ele denominou de “individualidade” ou “personalidade geográfica”. Na obra de La Blache e de outros sucessores, a diferenciação de áreas seria uma questão fundamental para o trabalho do geógrafo (Haesbert, 2014). É possível compreender a reação francesa às ideias ratzelianas como a busca para desconstruir em parte o conceito de espaço vital, que corroborava a ampliação dos domínios territoriais dos Estados Nacionais. O combate às ideias totalizantes do pensador alemão foi realizado enfatizando as diferenciações regionais, procurando identificar as distintas possibilidades que o homem continha para transformação do meio geográfico.

As proposições de La Blache vêm sendo revisitadas e os estudiosos têm buscado distinguir entre as proposições do próprio autor e o que é fruto das interpretações dos seus discípulos. Haesbaert (2014) acredita que há pelo menos três fases nas proposições sobre a noção de região explicitadas por La Blache. Na terceira e última, o geógrafo francês introduz concepções de geografia econômica e (implicitamente) de região funcional, sustentando a fluidez dos limites regionais, apontando a industrialização como principal indutora da configuração regional.

Se no Império Romano o termo *regione* foi empregado para distinguir áreas de dominação territorial e favorecer a manutenção do poder político imperial; durante a constituição da Geografia moderna, a região foi a base conceitual para contrapor a perspectiva totalizante contida na teoria de Ratzel sobre o espaço vital. O que há de comum nesses dois períodos é a utilização da noção de região para analisar a diferença dos usos e apropriações do espaço, em territórios onde há disputas pela ampliação do domínio político, econômico e cultural.

Curiosamente, já na segunda metade do século XX, sob a égide da globalização e, conseqüentemente, de um profundo processo de totalização socioeconômica, a região perde espaço para outros conceitos. Os processos de reestruturação produtiva, favorecidos pela revolução tecnológica e pelos avanços nos sistemas de transporte e de informações, fizeram com que as lógicas de reprodução econômica fossem estruturalmente modificadas.

Modificações na ordem socioespacial global colocaram em dúvida a potencialidade do conceito. Haesbaert (2014), após analisar a definição do termo região em um dicionário da língua inglesa, identifica sua perda de vinculação com a dimensão política, cedendo espaço inclusive ao território no que tange à problematização de regionalismos.

Questionamentos sobre a validade do conceito foram apresentados: “Se vivemos o tempo da fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, ‘regiões’ minimamente coerentes dentro deste todo espacial pretensamente globalizado?” (Haesbaert, 2014, p. 22). Refletindo sobre as continuidades e descontinuidades espaciais no mundo contemporâneo e a maleabilidade dos limites de processos de escala regional, Limonad indaga: “como definir a região, como regionalizar?” (Limonad, 2015, p. 57).

Santos (1981) já havia indicado a suposta insustentabilidade da noção clássica de região, considerada como um produto singular da interação de um grupo humano em um dado espaço específico. A formação de uma região não estaria mais relacionada a processos orgânicos e a territorialidade absoluta de um determinado grupo sem mediações com os espaços exteriores. De maneira categórica, Santos afirma: “se ainda pretendemos manter a denominação (região), somos obrigados a redefinir a palavra” (Santos, 1978 *apud* Haesbaert, 2014, p. 41-42).

### **3. MOBILIDADE GEOGRÁFICA, DIFERENCIAÇÕES ESPACIAIS E A REESTRUTUAÇÃO PRODUTIVA**

A globalização econômica impõe a reinvenção dos sentidos de continuidade e contiguidade espaciais como premissas para superação dos desafios interpretativos. Essa realidade social faz com que os estudos regionais passem a dar ênfase para a consideração da mobilidade geográfica. As análises dos fluxos entre os lugares já apresentam elementos que dão novos sentidos ao conceito de região.

O processo de reestruturação produtiva provoca o desencadeamento de lutas competitivas pelo controle das forças que moldam a sociedade, implicando fluxo e transição, ofensividade e defensividade por parte dos agentes sociais, e uma mescla de mudança e continuidade, como afirma Soja (1993). Diante desse quadro, foram apresentadas novas interpretações, agregando outros elementos ao debate sobre a composição do conceito de região e dos métodos de análise. Há pelo menos dois eixos complementares que norteiam a renovação do debate: a importância do movimento e da fluidez na estruturação do espaço, bem como a redefinição da noção de continuidade e contiguidade espacial.

Sobre a importância do movimento e da fluidez, Milton Santos defende, desde o final da década de 1970, que a constituição do espaço geográfico se dá por meio da interação entre fixos e fluxos. Os fluxos recriam as condições e redefinem os lugares,

atravessando os fixos e lhes dando sentido de existência e os ressignificando. Com o avanço da tecnologia e o seu papel nas atividades de produção, Santos (2006) passa a advogar a existência do meio técnico-científico-informacional, no qual o espaço geográfico seria definido como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. A atualização da proposta conceitual de Santos é justificada pelo avanço técnico dos fixos os tornando objetos cada mais artificiais, dotados de intencionalidade. Já os fluxos, ou melhor, os sistemas de ações, são cada vez mais racionais e com frequência compostos de razão técnica (Santos, 2006). A preocupação de Santos (2006) é a definição de um sistema de conceitos capaz de contribuir na análise das relações entre a totalidade e as partes e suas respectivas interações. Dentro desse projeto teórico-conceitual, Santos (2006) define que os movimentos, os fluxos, são parte constituinte do espaço geográfico.

Outra importante referência sobre os fluxos na constituição da realidade geográfica está contida no artigo de David Harvey sobre a “geopolítica do capitalismo”, publicado originalmente na Revista *Social Relations and Spatial Structures*, em 1981. Analisando detidamente a circulação do capital e a funcionalidade desse processo na reprodução capitalista, Harvey (2005) identifica o espaço como uma barreira a ser superada pela mobilidade dos fluxos econômicos. Harvey parte de um paradoxo entre a mobilidade do capital e a imobilização materializada no espaço. O capital e o Estado viabilizariam uma série de infraestruturas físicas e sociais, permitindo, assim, maior capacidade de investimentos e a consequente circulação de capitais. Entretanto, em outro momento, toda essa estruturação é, em parte, relegada pela própria dinâmica de circulação do capital, que busca dominar novos espaços para a reprodução econômica.

Smith (1988) incorpora a esse debate o processo de circulação do capital e das diferenciações espaciais. O autor coloca em evidência o movimento e a fluidez do capital subjacente ao desenvolvimento desigual do capitalismo. Os fundamentos da tese de Smith estão no entendimento de que geografias históricas específicas são produzidas por tendências opostas entre a igualização das condições e dos níveis de produção e as diferentes formas que assumem a expansão da reprodução econômica. A tendência à igualização seria mais claramente reconhecida no processo de circulação na escala mundial. A segunda, ou seja, a diferenciação, é tanto uma resultante da equalização da produção e circulação, como um pré-requisito para a ampliação das fronteiras da reprodução capitalista. Nas palavras desse mesmo autor, “De um lado o espaço geográfico é produzido em escala mundial como um espaço relativo e, por outro, há

diferenciação interna do espaço geográfico em espaços absolutos distintos, em diferentes escalas” (Smith, 1988, p. 169).

Há um grande mérito na obra de Smith: a busca pela diferença nos processos de igualização da produção e da circulação econômica. O autor percebe que o equilíbrio almejado pelo capital não está na fixidez da organização (regional) do espaço, mas em sua capacidade de mobilidade entre diferentes espaços. “Este é o movimento em vaivém do capital, que está subjacente ao processo mais amplo de desenvolvimento desigual” (Smith, 1988, p. 213). Dessa maneira, Smith constata o papel do movimento, ou melhor, dos fluxos econômicos na dinamização das reestruturações espaciais.

Desde as perspectivas da “geopolítica do capitalismo” de Harvey, até o desenvolvimento geográfico desigual de Smith, há uma indicação de como a diferenciação espacial é determinante para a mobilidade econômico-financeira. Lencioni (2014), também reconhece o mérito das obras de autores marxistas e menciona Harvey e Smith. Ela entende que essas reflexões resgataram as noções de movimento e processo tanto na análise geográfica como nos estudos regionais. Haesbaert (2014) destaca a importância da obra de Smith, considerando-a fundamental para recuperar a aplicação do conceito de região na década de 1980.

Por outro ângulo analítico, na defesa de uma Geografia que enfatize o aspecto dinâmico do espaço, Moreira (2007) destaca o papel do movimento e da fluidez na estruturação das regiões. Para esse autor, a Geografia deveria se ater mais ao movimento da distribuição do que a localização dos processos. Moreira (2007) se baseia na obra de Brunhes (1962) para defender uma leitura geográfica na categoria do movimento, tendo como pressuposto o espaço composto por cheios e vazios. Essa metáfora é utilizada para demonstrar a alternância de reorganização do espaço, ou seja, como certas parcelas do espaço se tornam uma centralidade em um dado momento e, em outro, perdem poder de atratividade e concentração.

A mobilidade territorial seria a grande marca de definição da sociedade em rede. As redes foram, ao longo da história, traços marcantes da organização do espaço como, por exemplo, estradas, redes de trocas comerciais, dentre outras. Contudo, no mundo contemporâneo o próprio espaço estaria estruturado em rede. Essas constatações foram basilares para que Moreira (2007) expusesse o conceito de região-rede. O conceito de região-rede é uma asserção que converge a mudança do padrão de continuidade e contiguidade das regiões. Nessa perspectiva, Haesbaert (2014) sugere a existência de uma regionalização global, composta por coesões/articulações em espaços

descontínuos. Espaço fragmentados, mas extremamente articulados entre si, comporiam redes regionais na escala global, mas também em outras escalas.

Os estudos relacionados à região devem ser pautados com base nas dinâmicas de diferenciação, coesão/(des)articulação, fragmentação/exclusão e mobilidade e fixação. Nessa acepção, articulações regionais podem se caracterizadas não necessariamente com base na continuidade e contiguidade espaciais, mas unindo lógicas reticulares e zonais.

O aprofundamento teórico-conceitual da região, tensionando as já mencionadas dimensões da diferença e do político, pode elevar a capacidade interpretativa de processos que perpassam clivagens sociais variadas. Essas premissas contribuem para a superação da equivocada negação da ideia de região. Contudo, dadas as generalizações das condições de realização da sociedade, ainda parece ser útil a valorização de duas dimensões clássicas contidas no conceito: a preocupação com o reconhecimento das diferenças de uso e ocupação dos territórios e a valorização das relações de poder na construção social das regiões. Parte da pertinácia do conceito de região pode estar justamente em sua essência originária, que alia a busca por padrões de diferenciação em contextos de expansão de política territorial.

O desafio posto é pensar a região como uma dimensão que integre/aglutine diferenças em um mundo em permanente transformação. Faz parte desta tarefa a investigação da multiplicidade de centralidades e hierarquias sobrepostas às regiões. Novas funções econômicas, de oferta de serviços, além de as novas articulações políticas e identitárias se justapõem às antigas configurações regionais.

#### **4. ESTUDOS SOBRE A REDE URBANA: UMA TRADIÇÃO GEOGRÁFICA ACERCA DOS FLUXOS E DAS REGIÕES**

A proeminência dos fluxos nas formas de organização do espaço é resultado direto do aprofundamento da globalização econômica. No entanto, é uma preocupação antiga da Geografia, incluindo a análise das interações e da distribuição das atividades econômicas pelo território. Estudos sobre as redes urbanas, por exemplo, são tradicionais na abordagem geográfica. Ao discutir aspectos relevantes de forma e função das localidades na divisão territorial do trabalho, várias pesquisas incorporam as articulações e as trocas entre as centralidades. As redes articulam múltiplos níveis de escala e, dessa forma, estão inseridos nas dinâmicas de produção e organização do

espaço regional. Com isso, os estudos contidos nessa temática promoveram mudanças nos debates sobre o conceito de região.

Um dos pioneiros das pesquisas sobre a temática das redes em Geografia foi o alemão Walter Christaller. A chamada teoria das localidades centrais, apresentada em 1933, tinha como base empírica o papel da distribuição de bens e serviços na organização espacial das cidades no Sul da Alemanha. Christaller procurou identificar as diferenças hierárquicas entre localidades e suas respectivas áreas de influência. Na concepção do geógrafo alemão, a distribuição de bens e serviços dos lugares centrais para suas áreas de influência promoveria uma diferenciação hierárquica entre as cidades, envolvendo a quantidade; o tamanho das localidades e de suas respectivas áreas de polarização; e a distância entre as centralidades (Corrêa, 2001; Corrêa, 2006).

A hierarquia christalleriana, como ficou conhecida, seria composta por níveis estratificados, sendo que centralidades de uma mesma hierarquia ofereceriam bens e serviços semelhantes e atuariam sobre áreas de influência de mesma proporcionalidade territorial e de volume da população. O alcance máximo e mínimo de influência das centralidades é fator determinante para sua classificação no conjunto de localidades centralidades. A conexão entre cidades em rede se daria por meio do comércio atacadista, varejista e dos serviços. O resultado da análise é uma caracterização morfofuncional da rede de cidades (Corrêa, 2001).

A temática contida na teoria das localidades centrais é relevante, pois acrescenta uma dimensão geográfica à análise dos processos de produção econômica e sua inter-relação com a organização do espaço. Reconhecer as hierarquizações presentes nas redes de cidades é uma das formas de avaliar as distintas espacializações da sociedade.

Corrêa (2006) ressalta que as pesquisas sobre hierarquia urbana se tornaram as mais tradicionais e numerosas entre as dedicadas à problematização de redes urbanas. A aplicação direta dos métodos de identificação de hierarquias foi tema de muitas controvérsias, por se tratar de uma proposta analítica dentro de um contexto muito específico, o sul da Alemanha. Além disso, a avaliação de muitos críticos das obras derivadas do pensamento christalleriano era de a abordagem estar centrada nas descrições das formas das redes e na explicação e das funções das localidades.

A avaliação é de que a propagação da proposta de Christaller contribuiu para reafirmar uma Geografia eminentemente descritiva. A esse respeito, Raffestin afirma: “vítimas da perversidade classificatória, foi-nos, de início, necessário ratificar, após muitas outras, as diversas categorias da geografia” (Raffestin, 1993, p. 05). Em que

pesem as críticas, Christaller inaugura uma tradição geográfica ao apresentar a Teoria dos Lugares Centrais e introduzir a discussão de redes de cidades na Geografia.

As investigações sobre as redes de lugares centrais fizeram com que emergisse, inclusive, uma nova noção de região, a região polarizada. Essa abordagem foi muito discutida por um conjunto de geógrafos franceses na denominada Geografia Ativa. Os geógrafos pertencentes a este grupo tinham como parâmetros basilares a inspiração marxista do desenvolvimento desigual e a crença na intervenção estatal como meio de atenuar as disparidades econômicas. As análises produzidas contribuíram para a atribuição de novos sentidos ao tema das redes urbanas e ao conceito de região. Assim como as já mencionadas obras Harvey (2005) e Smith (1988), os estudos da chamada Geografia Ativa foram importantes para o resgate das noções de movimento e processo na análise geográfica.

Kayser (1980) é um dos representantes da denominada Geografia Ativa. Em suas reflexões há a caracterização da região como objeto de estudo da Geografia, definindo-a como um espaço polarizado. Três grandes características estariam presentes em uma região: a coesão espacial, ou seja, uma certa homogeneidade de relações econômicas, culturais e características comuns entre os habitantes; a organização das regiões em torno de um centro, sendo que as regionalizações deveriam se apoiar em um ponto, um polo concentrador das atividades terciárias; e, por último, a região como parte integrante de conjunto mais amplo de espaços, que seriam definidos não somente pelos seus aspectos internos, mas também em suas relações com o mundo exterior. A região participaria de um espaço mais vasto, concomitantemente, aberta e integrada, sendo o resultado de uma correlação de forças (Kayser, 1980).

Lencioni (2014), ao analisar as concepções de região da Geografia Ativa, assinala a redefinição do conceito de região associado ao de rede urbana na obra de Kayser, mas também nas proposições de George e Rochefort. George (1968) sugere que a região resulte de um território explorado pela economia urbana de uma metrópole regional, associada à ideia do espaço como um campo de ação de fluxos. Similarmente, Rochefort (1960) analisa o papel das cidades da Alsácia como centros de coordenação das atividades produtivas em sua região de influência. As cidades polos assegurariam as funções das demais localidades de sua região e de acordo com a capacidade de comando seriam classificadas como polos regional, nacional ou mesmo internacional. A

análise de Rochefort problematizou os fluxos econômicos entres as cidades como base para a elaboração de uma hierarquia urbano-regional<sup>4</sup>.

As críticas à Geografia Ativa eram especialmente direcionadas em face da crença que este grupo tinha na intervenção estatal na organização do espaço como meio de atingir um crescimento econômico harmonioso. Os resultados da pesquisa regional deveriam fundamentar as políticas de desenvolvimento, corrigindo os desequilíbrios econômicos.

Santos (1981), ao indicar os méritos no conceito de região exposto por Kayser, menciona uma brecha para soluções reformistas, contido na perspectiva de integração regional do autor francês. Para Kayser (1980) a evolução na implantação de meios que permitam a realização da circulação jamais seria regressiva, determinando uma integração constante. Assim, as descontinuidades territoriais estariam sempre relacionadas à discrepância de velocidade do crescimento espontâneo em relação aos dos meios de integração regional<sup>5</sup>. Essa concepção está permeada por uma perspectiva evolucionista de progresso técnico. Esse tipo de premissa obscurece as reais causas da precariedade técnica dos territórios nos países subdesenvolvidos, ao suprimir as contradições inerentes à produção e organização do espaço regional.

Os estudos da corrente de Geografia Ativa trazem para o centro da discussão temas centrais como a urbanização, industrialização e centralização. A análise regional passa a considerar novas referências como os fluxos econômicos, a estruturação das redes urbanas, as áreas de influência das cidades e a polarização exercida pelas centralidades regionais. As redes são um elemento estruturador na organização do espaço geográfico. Através das redes geográficas circulam mercadorias, capitais, informações, pessoas, interações que transformam continuamente as regiões.

Tanto nos debates sobre as redes urbanas e as regiões polarizadas, discutidas pela Geografia Ativa, quanto ao debate das novas funções das redes na estruturação espacial, o objetivo é compreender as relações entre as interações e os fluxos na reorganização do espaço geográfico. Mais especificamente, esses debates apresentaram novas premissas

---

<sup>4</sup> Além de os autores citados, Lencioni (2014) indica outros colaboradores para o desenvolvimento das ideias da Geografia Ativa: Jean Labasse, Ettiene Juillard, Raymond Dugrand e Philippe Pinchemel.

<sup>5</sup> "Por mais lentos que sejam em alguns países os progressos do equipamento em vias e meios de comunicação, eles facilitam e aceleram o funcionamento do sistema. Em consequência, a vida regional tende a surgir e a adquirir amplitude em um espaço cada vez maior do nosso globo. Segundo B. Kayser, a evolução, longe de ser regressiva, determinaria uma integração crescente: os atrasos, as descontinuidades que se podem constatar seriam devidas a um atraso do equipamento em relação ao crescimento espontâneo e não a um vício fundamental; visão que dá lugar a soluções reformistas" (Santos, 1981, p. 116).

para a análise regional e fizeram com que fossem dados novos sentidos ao conceito de região. As redes são elementos das regiões e sua maior ou menor presença no território é, por si só, um fator de diferenciação entre os espaços. Portanto, para superar o desafio de entender os processos de reestruturação regional deve-se investigar sobre papel e o significado das redes na organização do espaço. Pensar as conexões regionais inclui a análise das articulações entre os lugares, enfatizando as interações e as características que diferenciam os territórios.

## **5. CONEXÕES GEOGRÁFICAS: FUNÇÕES, FORMAS E INTERAÇÕES ESPACIAIS**

O crescimento e a diversificação das interações espaciais promovem a emergência de termos e conceitos na tentativa de explicar as dinâmicas de produção e de organização do espaço geográfico. Nesse contexto, o termo conexões geográficas é empregado como forma de adjetivar relações de interdependência, processos e fluxos que possuem articulação espacial entre dois ou mais lugares. O termo conexões passa a ser empregado de forma recorrente em obras relacionadas à geografia, mas também em estudos de outras áreas das ciências sociais, qualificando as diferentes articulações destacadamente sob a influência da globalização econômica.

Procurando compreender o papel das revoluções tecnológicas nas mutações da cognição e da sociabilidade, Levy (2001) apresenta o conceito de conexões planetárias. No cerne da hipótese há uma crença de que a ampliação do uso das tecnologias teleinformáticas culminaria em uma comunhão universal que seria irreversível. Otimista em relação às oportunidades de integração social favorecidas pela revolução tecnológica, Levy (2001) caracteriza a conexão planetária como um conjunto de possibilidades para construir uma noção ampliada de humanidade. A multiplicação de sujeitos sociais com a forte característica de mobilidade física e virtual, os planetários, denotaria a particularidade desse momento histórico. A distribuição geográfica da riqueza e as noções de centralidade e de periferia seriam definidas a partir da capacidade de estabelecer interações. Os centros seriam determinados pela eficiência em produzir conexões e a fluidez de capitais, informações e pessoas. Por outro lado, as sociedades periféricas teriam menos condições no estabelecimento das conexões e na articulação dos fluxos. Com efeito, a capacidade de articulação de fluxos materiais e informacionais é atributo maior de poder no período da conexão planetária (Levy, 2001).

Mesmo com o otimismo no uso das novas tecnologias, o debate acerca das contradições sociais não está ausente da obra. A discussão sobre a distinção de poder

de articulação entre centros e periferias já denota esse cuidado. A livre circulação de capitais e investimentos e as restrições migratórias impostas por diversos países pelo mundo são outras contradições apontadas pelo autor. A mobilidade do capital e sua capacidade de penetrar nos Estados Nacionais é contraste ao impedimento da entrada de migrantes em diferentes fronteiras pelo mundo. Para a humanidade se constituir plenamente como planetária esse impedimento de mobilidade das pessoas deveria ser desconstruído, caminhando de forma mais ampliada para uma espécie de cidadania global.

Diferentemente de outros autores, Levy (2001) não desconsiderou a existência de fronteiras nacionais e de diferentes níveis de integração territorial<sup>6</sup>. Ao apresentar suas noções de planetários (centro) e não-planetários (periferia), acaba por reconhecer as desigualdades do mundo contemporâneo e destaca que a homogeneização promovida pela globalização econômica não ocorre sem fraturas sociais. Porém, a proposição de uma consciência universal é de certa forma problemática. O autor ora analisado, nessa mesma obra, argumenta que os planetários em sua mobilidade global compartilham uma inteligência coletiva e um banco de dados mundial por meio do ciberespaço. A redução das distâncias físicas do mundo pelo uso das tecnologias de transporte e comunicação, nos termos do autor, o retraimento espaço-temporal<sup>7</sup>, faria com que essa inteligência coletiva atingisse vastas regiões do planeta, criando uma consciência universal nos planetários.

A universalidade de formas de sociabilidade, proposta central na elaboração de conexões planetárias de Levy, escamoteia as desigualdades de acesso às informações e dados que ainda não são de utilização livre e a incapacidade dos não-planetários

---

<sup>6</sup> Ao longo da década de 1990, várias obras proclamaram a redução do poder explicativo de conceitos como território, fronteira, dentre outros. O aprofundamento da globalização e da integração econômica entre os países complexificou a análise da organização e da produção do espaço geográfico. Dentre essas obras, pode-se mencionar o texto de Badie (1995). O processo de reconstrução da Europa, pós-2º guerra, parece ter tido um importante papel nas configurações políticas e territoriais do continente. Nos acordos de integração socioeconômica residiriam novas condições do espaço, para Badie: “De Roma a Maastricht, foi também toda uma nova filosofia do espaço que se revelou, na qual euro-regiões, territórios próprios dos Estados-Nações, redes de integração e <<espaço europeu>> se conjugam de forma mais ou menos harmoniosa, mais inédita, destruindo vários espartilhos, ultrapassando várias tensões ligadas à imobilidade do princípio da territorialidade, sancionando a sua maneira e sem grandes dramas o fim dos territórios.” (BADIE, 1995, p. 253). Um dos críticos da obra de Badie foi Haesbaert (2004), este autor defendeu que todo o processo de desterritorialização é, na verdade, uma reterritorialização das escalas ou das formas dos agentes se inserirem em um ambiente de dominação-apropriação.

<sup>7</sup> Uma assertiva sobre a alteração das formas de se vivenciar o tempo e o espaço frente às mudanças tecnológicas está contida na obra de outros autores. Dentre estes, Harvey (1993) apresenta a compressão tempo-espaço com uma mudança radical que impactaria as práticas político-econômicas, no equilíbrio do poder de classe e na vida social e cultural.

(empregando a terminologia do autor) de se apropriar plenamente dos atributos do ciberespaço. Os processos de totalização política e social se realizam de modo diferenciado, sendo apropriados diferentemente pelos lugares. Outros sentidos com características híbridas entre os aspectos mais globais e as particularidades locais são produzidos como resultantes da totalização. A ênfase dada por Levy à sociabilidade, própria da área de conhecimento do autor, a antropologia, relativiza a geografia desigual do mundo e a existência da singularidade dos lugares.

Diversos contrapontos foram apresentados à noção de consciência universal de Levy. Na Geografia, Santos (2008b) propõe a origem de uma consciência universal vindo dos “de baixo”. A globalização econômica produziria uma experiência da escassez, ou seja, uma parcela considerável da população não possuiria os meios necessários para se integrar ao processo econômico. Esse processo de exclusão faria com que surgisse um conjunto de práticas que retiraria essa parte da sociedade do conformismo e os levaria para um estágio superior com a produção de uma nova consciência do mundo. Dessa forma, não estaríamos diante de uma consciência universal favorecida pela abundância do uso das tecnologias, mas de consciências sobre a universalidade da globalização a partir da experiência da escassez.

Sem entrar no mérito da importante problematização de um processo revolucionário em resposta à globalização econômica, o entendimento de Santos tem a valia de reconhecer outros caminhos para construir uma consciência universal. De outro lado, o argumento de Levy tem como o mérito o reconhecimento da relação entre a concentração de poder e a capacidade dos fluxos materiais e imateriais. O conceito de conexões planetárias coloca em evidência a importância da circulação de pessoas, capitais e informações nas formas de organização política e de sociabilidade do mundo contemporâneo.

Em estudos relacionados à geografia brasileira, a expressão conexões geográficas aparece em diferentes obras. Contudo, uma abordagem que procura maior mais sistematização do conceito está presente em Souza (1992; 1999). A autora busca discutir os conceitos de rede (entrelaçamento com aberturas regulares), hierarquia e sistema urbano à luz dos processos de urbanização no final do século XX. Conexões geográficas é indicado como um conceito substituto ao de rede urbana. A defesa é de que formação territorial brasileira é muito distinta dos países de capitalismo avançado, não permitindo a adoção de conceitos como os de rede e de hierarquia urbanas. Além disso, Souza

entende que estes conceitos não se aplicam diante das formas de organização dos sistemas produtivos contemporâneos e sua distribuição espacial.

O debate aberto por Souza é dirigido à análise promovida por Corrêa sobre os estudos sobre a rede urbana brasileira<sup>8</sup>. A crítica da autora está na influência direta da Geografia Francesa, destacadamente as obras já mencionadas dos autores vinculados à Geografia Ativa, no entendimento da urbanização do território. Souza afirma que se produziu uma perspectiva europeizada da urbanização e que a existência de uma rede urbana (no singular) no Brasil não se sustenta. A hipótese de uma rede urbana seria balizada pela ideia de região polarizada de Kayser, além de os métodos de hierarquização propostos por Rochefort, pautados na função econômica e política exercida pelo centro urbano. Para Souza na base dessas propostas encontram-se a concomitância e a regularidade de processos (articulações) que não são pertencentes à realidade territorial do Brasil. Ao apresentar a noção de rede urbana de Corrêa como derivada dos estudos de Kayser e Rochefort e como uma dimensão socioespacial da sociedade, Souza explicita sua crítica:

A ambiguidade no uso do conceito no singular, ou no plural, dificulta sua compreensão quando relacionada às características sociais e econômicas do território. Esta dimensão dada ao conceito de rede ou redes urbanas parece-nos extremamente mecanicista pois parece pressupor que os fenômenos espaciais passíveis de representação – como as redes – se desvinculam da noção de tempo, espaço e escala. Pressupõe uma concomitância e uma regularidade (pois o significado de rede o exige) inadmissível na formação sócio-espacial brasileira. Essa a-temporalidade ou simplório formalismo histórico no estudo da urbanização brasileira, caso não seja revisto, tem impedido um avanço na sua compreensão teórica (metodológica) (Souza, 1992, p. 117).

De fato, é discutível a existência de uma rede urbana em formato matricial em países como o Brasil. Essa característica coloca em foco as tipologias apoiadas nas funções exercidas pelos polos regionais, pressupondo uma integração frágil ou muita das vezes inexistente. Santos (1981) já ressaltava esses “traços gerais da organização urbana nos países subdesenvolvidos”: a) as redes são pouco desenvolvidas em seu traçado, contendo articulações simplificadas, algumas das vezes são redes lineares ou em formato de espinha de peixe; b) as redes são heterogêneas e se encontram mal articuladas, contendo áreas de densidade elevada, circundadas por vazios urbanos; c) as redes podem ser vulneráveis, ou seja, estão submetidas a transformações constantes

---

<sup>8</sup> A crítica de Souza é direcionada especificamente para a obra de Corrêa (1989). Vale mencionar que, no final da década de 1980 e início da década de 1990, Corrêa publicou uma série de reflexões sobre as premissas teóricas da Teoria dos Lugares Centrais e acerca das redes urbanas. Esses artigos foram compilados em dois livros (CORRÊA, 2001; CORRÊA, 2006).

e rápidas. Nessa descrição geral, Santos (1981), inclusive, sugere que seja adotada uma topologia baseada no grau da integração e não na relação funcional entre cidade e região de influência. “A procura de uma divisão regional adequada é uma das maiores preocupações do geógrafo e do planejador. Toda região, sendo por definição um espaço polarizado, o melhor critério deveria provir da análise da zona de influência urbana (Santos, 1981, p. 123).

Souza (1992) apresenta três grandes dificuldades para aplicar a metodologia francesa: a primeira está justamente na definição da rede urbana com base no critério de funcionalidade e as decorrentes confusões conceituais entre sistemas, redes, hierarquias e a noção de região polarizada; a segunda é o formalismo esquemático das noções de rede urbana e sistemas urbanos, que encobririam dimensões importantes como rugosidades, totalidade, singularidade e a simultaneidade; a terceira seria a ausência de compreensão da rede urbana com uma resultante histórica, inserida em uma ampla divisão internacional do trabalho. Com base nesses pressupostos, Souza (1992) propõe o conceito de conexões geográficas como uma saída para o impasse teórico-metodológico. A autora advoga as conexões geográficas como sendo um conceito pertinente às características desse período histórico. “Fala-se em conexões, pois as relações que estabelecem entre urbanizações e sistemas produtivos se conectam em espaços geográficos, os mais distintos e variados, na escala do planeta” (Souza, 1992, p. 124). Dessa maneira, as conexões geográficas são definidas como conexões de lugares do espaço, ao mesmo tempo, totais e singulares, esses constituindo atributos do espaço.

Antes mesmo da apresentação da proposição de Souza (1992), Corrêa (2006)<sup>9</sup> já havia refutado o argumento da existência da rede urbana apenas nos países desenvolvidos. Ele também nega a existência no Brasil de uma rede urbana no formato christalleriano, conforme a regra ordem-tamanho das cidades. Ao definir a rede urbana como “um conjunto de centros urbanos articulados entre si” (Corrêa, 2006, p. 16), o autor descola o conceito da metáfora de uma rede com entrelaçamento, contendo um espaçamento regular, e defende que nos países subdesenvolvidos há outras formas espaciais, diferentes dos padrões existentes nos países de capitalismo avançado. Corrêa (2001) aponta que, em países como o Brasil, a rede urbana possui vários estágios de integração entre os centros urbanos. Cada rede urbana ou um dos seus segmentos

---

<sup>9</sup> Originalmente publicado em 1988.

teria um tempo espacial<sup>10</sup> diferenciado, ou seja, seria a conjunção de diferentes temporalidades, em parte materializadas no espaço.

As redes, inclusive a urbana, não estão organizadas necessariamente em um ordenamento matricial. Uma rígida divisão hierárquica entre centralidades perde o sentido perante a multidimensionalidade dos fluxos. Centros intermediários podem possuir funções de comando e uma ampla área de influência, concentrando o comando de fluxos variados e com diferentes direções. Dessa maneira, cidades consideradas de menor porte, dentro de uma estrutura hierárquico-administrativa, que possuam empresas que exerçam comando econômico e político sobre atividades produtivas, podem possuir maior e mais diversificada área de influência do que outras com maior população e com classificação hierárquica superior. Centros urbanos também podem desempenhar funções de intermediação de comandos estabelecidos fora da rede urbana nacional (Corrêa, 2006). Nesse caso, a própria rede urbana é uma forma espacial que está contida no processo de divisão internacional do trabalho. A hierarquização de comando e de influência de centros urbanos não está circunscrita apenas no interior dos territórios nacionais, mas engloba escalas mais amplas, inclusive ao nível planetário.

Configurações geográficas assumem formas distintas mediante o espaço em que estão inseridas. Dessa maneira, a rede urbana pode apresentar diferentes formas, abrigando e fomentando fluxos diversos, ou até mesmo, impedindo ligações mais intensas entre centros urbanos. Contudo, não reconhecer a existência da rede urbana no Brasil, neste momento da história, parece incorrer um erro de interpretação geográfica.

Corrêa (2001) ao contextualizar a rede urbana brasileira com base nas distintas temporalidades, enfatizando a noção de tempo espacial, desconstrói a crítica de atemporalidade realizada por Souza. Considerando as articulações dos centros urbanos com o espaço nacional e com polos de comando de outros países, esse autor também fragiliza o argumento de que a rede urbana brasileira não estaria sendo correlacionada aos processos de divisão internacional do trabalho.

As redes urbanas são formas espaciais pelas quais a sociedade estabelece fluxos de troca a partir das funções presentes nos centros urbanos. Ao abrir mão do conceito de rede urbana em detrimento das conexões geográficas está se reduzindo o valor das formas espaciais na explicação geográfica da sociedade. Os processos sociais

---

<sup>10</sup> “(...) a combinação particular de variáveis diversamente datadas constitui o tempo espacial próprio a um determinado lugar” (SANTOS, 2008, p. 106).

resultantes da ação contínua da sociedade não podem prescindir das formas espaciais, dentre estas as redes urbanas. Santos nos lembra que as formas acabam por adquirir uma expressão territorial e sem estas formas a sociedade por meio de funções e processos não se realizaria (Santos, 2008).

Em busca de uma construção de um método próprio da Geografia, Santos (2008) nomeou as formas, funções, estruturas (relações entre as partes) e processos (ações contínuas dos agentes sociais) como categorias do método geográfico. Santos (2008) tinha a convicção de que a Geografia poderia atingir uma visão holística dos fenômenos espaciais a partir da problematização em conjunto dessas quatro dimensões da sociedade. A crítica era de que a Geografia durante anos concentrou suas análises sobre as formas e as funções, desprezando as estruturas e os processos. Sendo assim, o desprezo ao conceito pode provocar uma involução nos trabalhos de compreensão da totalidade social empreendidos pela Geografia, agora desconsiderando o papel das formas e das funções na explicação geográfica.

Há, porém, virtudes a serem consideradas na proposição do conceito de Conexões Geográficas. Repensar sua formulação em um sentido de complementariedade à noção de rede em detrimento da posição inicial de substituição, pode favorecer o desvelamento de articulações espaciais e suas implicações. Esse debate reforça as reflexões sobre os sentidos contemporâneos das noções de rede e de hierarquia urbanas. Nesse caso, enseja uma análise crítica sobre as redes urbanas, problematizando as conexões existentes e considerando os diferentes níveis de integração entre as centralidades.

A desarticulação espacial, como proposto por Haesbaert (2014), deve ser levada em conta nas pesquisas sobre as redes urbanas. A ausência de infraestrutura como estradas, meios de comunicação ou até mesmo a precariedade para implantar esses equipamentos, nem sempre se traduz em ausência de articulações entre as centralidades. Relações entre centros em uma rede podem ser estabelecidas material e imaterialmente, contudo, sempre com algum rebatimento sobre o espaço geográfico. Elaborado para auxiliar na reflexão da ausência de concomitância e de regularidade das interações espaciais, o conceito de conexões geográficas pode ser útil na interpretação das desarticulações espaciais.

O nível de conexões dos lugares, expressos pela mobilidade de mercadorias, pessoas, informações, capitais, é resultante, em certa medida, pela existência de redes, inclusive a rede urbana. Se as redes são elementos que propiciam as conexões geográficas, os centros urbanos concentram a capacidade de realização dessas

interações. Dias (2012) aponta que a primeira propriedade das redes é a conexidade, ou seja, a capacidade de estabelecimento de ligações. Já os nós das redes, incluindo as centralidades, seriam o *locus* das conexões. Raffestin (1993) também considerava que as centralidades possuem em sua essência duas faces: um “*topos*” e uma “*tensão*”. A partir dessa metáfora, Raffestin conceitua as centralidades como lugares de concentração e de articulação do poder. Os centros que mantêm essas duas capacidades articulariam tanto movimentos de atração (força centrípeta) quanto de polarização em sua área de influência (força centrífuga).

Sob o aprofundamento da integração econômica, as hierarquias de centros urbanos possuem como elemento constitutivo a multidimensionalidade. Não se trata da ausência de relações de preponderância entre as centralidades, mas da presença de diferentes funcionalidades que conferem aos centros urbanos, ao mesmo tempo, posições diferenciadas nos fluxos estabelecidos.

## **6. REDE E REGIÃO COM MEDIADORES DAS CONEXÕES GEOGRÁFICAS**

Ao observar o desuso da concepção clássica de região, necessariamente contínua e contígua, Santos (1999) defende que, ao lado de processos espaciais articulados em zona, há uma constelação de centros descontínuos e interligados, definindo um espaço de fluxos reguladores. Essas novas subdivisões do espaço ensejariam a elaboração de novas categorias analíticas. Nesse sentido, conexões geográficas torna-se uma categoria analítica que pressupõe diferentes níveis de ligação entre centros, colaborando para a interpretação das estruturas das regiões em uma perspectiva zonal e reticular.

No sentido aqui defendido, o conceito de conexões geográficas incorpora a tradição geográfica das formas e funções, abordadas por diversas matrizes na aplicação da Teoria dos Lugares Centrais e na definição das Redes Urbanas. Além disso, o termo engloba três elementos apresentados por Haesbaert (2014) em sua proposta de interpretação das regiões por meio das articulações do espaço.

O primeiro enfatiza a ação dos sujeitos sociais para construir as articulações regionais e a interpretação das interações espaciais. A articulação dos diferentes sujeitos sociais ocorreria concomitantemente em múltiplas escalas. As redes geográficas seriam meios que possibilitariam a diversidade dos tipos e escalas das interações espaciais. A leitura regional dessas articulações e as consequentes regionalizações estariam entre o

artifício teórico-metodológico e o fato concreto, ou seja, a aceitação da região como *arte-fato*<sup>11</sup>.

A articulação mais vinculada ao espaço que é construído é o segundo elemento descrito por Haesbaert (2014). O espaço conjugaria diferentes temporalidades da ação humana e possui, em maior ou menor grau, elementos que não se reduzem à intervenção da sociedade. Nessa concepção, o espaço regional possui interações reticulares e/ou zonais e dessas relações derivam articulações mais tradicionais como a região-área, mas também outras formas como regiões-rede e/ou redes regionais.

A terceira e última característica diz respeito à articulação entre diferentes escalas e dimensões do espaço. Os sentidos da produção econômica, das relações políticas, dos significados culturais e da construção físico-ambiental são produzidos na interação dos lugares com o mundo. As articulações regionais podem privilegiar uma dimensão ou escala, porém, todas estão conjugadas em uma totalidade complexa. O nível de aprofundamento e extensão das articulações depende diretamente dos sujeitos sociais envolvidos. Nesse sentido, há uma transformação da escala das interações espaciais, na qual o Estado-Nação deixa de ser a única grande referência. Surgem novas relações escalares e circuitos econômicos globalizados, articulando escalas sem necessariamente uma relação de preponderância de comando. Em sentido similar ao apresentado por Haesbaert (2014), considerando como aspecto central as articulações do espaço, Jessop (2018) apresenta uma proposição do conceito de região:

Isto exclui uma visão das regiões como recipientes limitados de relações sociais e pontos, ao invés de uma geografia relacional de regiões mais complexa, em que diferentes imaginários regionais e diferentes princípios de organização social regional estão em jogo e que, além disso, as regiões operam não só como recipientes, mas também como conectores através de uma série de redes inter-regionais. Neste sentido, as regiões existem em um espaço caracterizado pela tensão entre confinamento e conexão, fixidez e fluxo, identidade imaginada e conexão real (Jessop, 2018, p. 48).

Descrito dessa maneira, o conceito de região, como mediação entre o universal e o singular, remete ao problema da escala. Ao problematizar paradigmas e possibilidades metodológicas da região, Castro (1993) já havia atentado para essa questão e afirmado que a complexidade do real exigiria essa confrontação. A autora argumenta em prol de

<sup>11</sup> Segundo Haesbaert, “a região como *artefato* é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, ‘construto’ ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação do espaço, seja de construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). ‘Arte-fato’ (com hífen) também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, auto fazer-se (‘arte’) e como construção já produzida e articulada (‘fato’).” (HAESBAERT, 2014, p. 109).

uma perspectiva fenomenológica, sendo que cada escala suporia campos de representação, os quais seriam atribuídos a pertinência da medida. Para Castro (1993), a escala não existe como medida, pois ela não teria a capacidade de fragmentação, mas pelo contrário, integraria relações. A escala definida como “unidade de concepção” incorporaria a realidade multiescalar. Nessa acepção, não haveria hierarquia entre escalas, porque não se atribuiria qualificação valorativa.

Apesar da pertinência da discussão, o entendimento de Castro (1993) de que a escala não supõe hierarquia parece limitar as reais possibilidades do entendimento de região como mediação. O reducionismo de tal proposição fica explícito na definição de região apresentada: (...) “a região será justamente um ‘acumulador espacial’ de causalidades sucessivas, perenizadas numa porção do espaço geográfico, verdadeira ‘estrutura-sujeito’ na relação histórica do homem com seu território” (Castro, 1993, p. 62). A definição da autora enfatiza a região com um receptáculo de processos, deixando de identificar o papel reativo dessa dimensão espacial, como foi explicitado na proposta de Jessop (2018).

Em sentido distinto, Jessop (2018) identifica a existência de uma relativização das escalas espaciais. A proliferação de diferentes escalas construídas por meio de discursos e materializadas institucionalmente, relacionadas em uma complexa hierarquia, contrapondo modelos matriciais de organização. Desse modo, a globalização promove o reordenamento de diferenças e complementariedades econômicas, políticas e socioculturais em diferentes escalas, lugares e redes.

A aceitação da premissa da existência de ajustes escalares está na base da proposta teórico-conceitual de Jessop (2018). Os ajustes escalares foram, também, intensamente discutidos por Brenner (1998; 2018), que propõe a atuação de agentes sociais em escalas diferentes após a crise do fordismo-keynesianismo. Brenner (1998), pautado em Harvey (1990; 2005) e Lefebvre, constata que na reprodução do espaço, inerente à dinâmica de sobrevivência do capitalismo, há também reestruturações escalares das ações de agentes sociais, em momentos de mudança nas formas de acumulação do capital. Se Harvey (1990; 2005) defende a ideia de um ajuste espacial, Brenner (2018), complementarmente, argumenta em prol do ajuste escalar, enfatizando os “novos espaços do Estado”. Há uma evolução da seletividade escalar por parte do Estado, procurando alternativas para atenuar problemas específicos de regulamentação do capitalismo da segunda metade do século XX. Essa constatação ratifica a importância

da consideração de múltiplas hierarquias escalares, conforme mencionado anteriormente em contraposição ao argumento de Castro (1993).

Os estudos sobre a reestruturação espacial do Estado e da reação dos diferentes agentes sociais resultaram em avanços no conhecimento das articulações do espaço e da imbricação de diferentes escalas. Considerando a transformação das articulações do espaço e das escalas de atuação dos agentes sociais, no mundo contemporâneo, as conexões geográficas podem apresentar importante contributo para a análise regional, na medida em que possuem uma dupla relação com a configuração espacial das regiões. Internamente, compreendem processos e fluxos de distintas escalas, ou seja, as solidariedades organizacionais, dando coesão organizacional às regiões.

A interação entre formas, funções e articulações do espaço, ou seja, as conexões geográficas, estabelecem ligações entre os lugares e os sujeitos sociais e, desse conjunto de articulações, provêm as variadas configurações regionais. De outra parte, a própria organização regional e a coesão organizacional condicionam os níveis e as escalas das conexões geográficas dos lugares. A região seria como um campo de mediações. Lugares funcionais do todo, que realizam a mediação entre os fluxos oriundos dos sujeitos sociais integrados à globalização econômica e as especificidades singulares dos lugares (Corrêa, 2001; Santos, 1999).

Tanto Corrêa (2001) como Santos (1999) se baseiam na categoria filosófica de particularidade de Lukács para apresentar a região como uma mediação entre o universal e o singular. Corrêa ainda adjetiva a categoria e defende a região como uma particularidade dinâmica. A particularidade não é autônoma. As regiões fazem parte de um espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, fragmentado e articulado. Segundo Santos (1999), a longevidade da região estaria associada à sua coerência funcional. Essa coerência do espaço regional é produto-produtora das conexões geográficas. Dessa maneira, as regiões que conseguem estabelecer mais conexões internas e externas possuem mais longevidade e concentram grupos sociais, empresas, organizações em geral com maior poder de atuação. Por outro lado, a menor capacidade de conexão faz com que a coerência funcional dessa região seja menos útil aos sujeitos sociais integrados aos circuitos globais do poder.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na análise das conexões geográficas é possível extrair elementos que possam contribuir na interpretação das regiões e das reestruturações regionais que estejam em curso. Da forma que estão propostas nesse trabalho, as conexões geográficas possibilitam integrar formas, funções e os processos de uma dimensão geográfica que realiza a mediação entre o global e o local. Por meio das articulações do espaço podem ser derivadas a coesão organizacional e o grau de interação nas/das regiões, bem como o restante do mundo globalizado. Trata-se da consideração do movimento que dá vida social ao espaço geográfico, mas também de se refletir sobre o papel das formas e funções espaciais.

As conexões geográficas envolvem fluxos de pessoas, informações, capitais e, até mesmo ligações entre diferentes agentes sociais, propiciam uma avaliação das articulações regionais perante as mudanças nos padrões de continuidade e contiguidade espaciais. Como destacado anteriormente, a capacidade de conectividade é um fator de poder, como uma forma de territorialização de redes em regiões de influência. A problematização das conexões geográficas faz com sejam repensados os papéis da circulação, mas também as articulações espaciais, a multidimensionalidade das funções das centralidades, as relações entre os agentes sociais e os diferentes sentidos da inter-relação entre os centros regionais. Dar sentido teórico e prático para a noção de conexões geográficas é um dos caminhos para o avanço do entendimento do fenômeno regional no mundo contemporâneo.

A descontinuidade que antes demarcava os limites regionais agora é característica de constituição das regiões, que podem estar mais ou menos articuladas em rede. A coesão de atributos geográficos continua sendo fundamental para delineamentos das regiões. Contudo, é preciso compreender essa unidade em uma perspectiva reticular, sobrepondo as interações em formas zonais. Dessa dinâmica surge a preocupação em pensar as conexões, ou seja, os liames de processos relacionados à estruturação e à produção do espaço geográfico. A coerência da organização regional, as relações lógicas, devem ser pensadas a partir das articulações difusas estabelecidas pelos agentes sociais.

## REFERÊNCIAS

BADIE, B. **O fim dos territórios**: ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BRENNER, N. Perguntas abertas sobre o reescalonamento de Estado. In.: BRANDÃO, C. A.; FERNANDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Q. **Escala espaciais, reescalamentos e estatalidades**: lições e desafios para a América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 107-139.

BRENNER, N. Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. In. : **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 16, N. 5, 1998.

BRUNHES, J. **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura (edição abreviada), 1962.

CASTRO, I. E. D. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In.: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993, p. 56-63.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no Brasil. In.: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 57, n.1, 1995, p. 83-102,

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. C.; GOMES. P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 141-162.

GEORGE, P. **A ação do homem**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. C.; GOMES. P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 49-76.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Regional – Global**: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

JESSOP, B. Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva da economia política crítica. In.: BRANDÃO, C. A.; FERNANDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. Q. **Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades**: lições e desafios para a América Latina. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 43-72.

KAYSER, B. A região como objeto de estudo da geografia. In: GEORGE, P. et al. **A Geografia ativa**. São Paulo: Difel, 1980.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1993.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2014.

LEVY, P. **A conexão planetária**: o mercado, o ciberespaço, a consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? LIMONAD, E; HAESBAERT, R; MOREIRA, R. (Orgs). **Brasil, século XXI**: por uma nova regionalização – agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MATOS, R. Das grandes divisões do Brasil à ideia do urbano em rede tripartite. In.: MATOS, R (Org.) **Espacialidades em rede**: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005, p.17-59.

MOREIRA, R. Da região à rede ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc, Espaço, tempo e crítica**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. n. 13, v. 1. 2007, p. 55-70.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: HUCITEC, 1981.  
223

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e a diferenciação espacial. Rio de Janeiro: **Território**, nº 6, 1999, p. 05-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record. 2008b. p. 117-174.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. A. A. D. **Conexões Geográficas**: um ensaio metodológico. In.: Boletim Paulista de Geografia, n. 71, p. 113-127.

SOUZA, M. A. A. D. Centro, redes, margens: perspectivas sobre a natureza do espaço. In.: CASTRO, I. E. D.; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G. (Orgs). **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 361-379.

Recebido: 28/03/2023

Aceito: 08/07/2024